Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL PF diz ter provas contra desembargadores.....	3
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Operação derruba presidente do INSS.....	4
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL JBS já vale mais de R\$ 100 bi na bolsa.....	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL A mudança de critério jurídico na compensação - OPINIÃO JURÍDICA.....	8
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Governo suspende acordos com todos os sindicatos.....	10
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Aposentados e pensionistas começam a receber antecipação do 13º.....	11
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL SEGURIDADE SOCIAL INSS inicia pagamento de benefícios de abril nesta quinta; veja calendário.....	12
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL INSS: entenda como funciona, para que serve e como cancelar desconto em aposentadorias e pensões.....	13
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Alvo de operação da PF, presidente do INSS deixa o cargo, após ordem de Lula.....	14
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO SEGURIDADE SOCIAL Justiça determinou afastamento do presidente do INSS.....	16
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Perda com subsídios e desonerações de tributos vai custar R\$ 621 bi em 2026, estima governo.....	17
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Autoridades de China e Brasil destacam oportunidades.....	18
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA Compesa inicia aplicação da nova tarifa social.....	20
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Pesquisa mostra que empresas veem dificuldade de cortar custos e crescer.....	21

Quinta-Feira, 24 de Abril de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

País com alta dívida precisa de contas fiscais em ordem (Editorial) 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Soluções para uma crise fiscal autoimposta (Artigo) 25

PF diz ter provas contra desembargadores

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve o afastamento de quatro desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) e de um conselheiro do Tribunal de Contas do estado por suposto envolvimento em venda de sentenças. O magistrado considerou o pedido da Polícia Federal, que disse ter provas contundentes contra os investigados.

Os desembargadores Alexandre Aguiar Bastos, Marcos José de Brito Rodrigues, Sideni Soncini Pimentel e Vladimir Abreu da Silva e o conselheiro Osmar Jeronymo estão há 180 dias fora das funções e são monitorados por tornozeleiras eletrônicas, por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Considerando a iminência do vencimento do prazo originalmente estabelecido pelo ministro Francisco Falcão para vigência das cautelares, impõe-se, por medida de cautela e sem prejuízo de reavaliação oportuna, deferimento do pedido da Polícia Federal de prorrogação imediata da vigência das cautelares de afastamento da função pública", escreveu Zanin.

Em relatório encaminhado ao Supremo, a PF enfatizou que os indícios são suficientes para a abertura de um processo criminal. Caberá à Procuradoria-Geral da República (PGR) decidir oferecer denúncia.

Decisões favoráveis Segundo as apurações, os envolvidos recebiam dinheiro para beneficiar partes em processos judiciais por meio de decisões favoráveis aos seus interesses. Também é investigado o vazamento de informações sigilosas, incluindo detalhes de operações policiais.

A ação faz parte da operação Ultima Ratio, deflagrada em outubro do ano passado, com o objetivo de investigar supostos crimes de corrupção em vendas de decisões judiciais, lavagem de dinheiro, organização criminosa, extorsão e falsificação de escrituras públicas no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A força-tarefa teve o apoio da **Receita Federal** e é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, deflagrada em 2021, na qual foram apreendidos materiais com indícios da prática desses crimes. (

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/04/24/all.pdf>

Operação derruba presidente do INSS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ontem a demissão do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, após o nome do dirigente figurar entre os alvos da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que investiga um esquema de fraudes em descontos ilegais sobre aposentadorias e pensões, estimado em R\$ 6,3 bilhões. Desde 2024 que o Tribunal de Contas da União (TCU) denunciava irregularidades no **INSS**.

A demissão ocorre em meio a uma crise que atinge diretamente a estrutura do sistema previdenciário federal. Stefanutto, servidor de carreira da Advocacia-Geral da União (AGU) e nome de confiança do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, havia sido afastado do cargo por ordem judicial no início da manhã, quando a operação foi deflagrada em 14 unidades da Federação.

As ações ocorreram no Distrito Federal, Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. A ofensiva mobilizou mais de 700 policiais federais e 80 auditores da CGU, com o cumprimento de 211 mandados de busca e apreensão, seis de prisão temporária, mas três deles ainda não localizados, além de medidas de sequestro de bens superiores a R\$ 1 bilhão.

O esquema criminoso era sustentado por Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o **INSS** e entidades de classe, como associações e sindicatos, que permitiam descontos automáticos nas folhas de pagamento dos segurados. Esses descontos, legalmente permitidos mediante autorização expressa e individual do beneficiário, vinham sendo executados sem o consentimento dos aposentados e pensionistas.

A gravidade do caso levou os ministros da Justiça, da CGU e da **Previdência Social** a concederem uma entrevista coletiva conjunta no final da manhã de ontem, no auditório do Ministério da Justiça, em Brasília. O ministro Ricardo Lewandowski classificou a operação como um esforço de proteção à população idosa e vulnerável. "Trata-se de uma operação de proteção aos aposentados, porque foi uma fraude contra pessoas que estão em uma fase mais adiantada da vida e, por isso, foram vítimas fáceis de criminosos que se apropriaram das pensões e das aposentadorias", disse.

Segundo Lewandowski, o presidente Lula demonstrou "preocupação" com o caso e exigiu celeridade nas investigações. "O que se verifica é que os aposentados e pensionistas foram vítimas fáceis de pessoas inescrupulosas que, de maneira criminosa, se apropriaram de valores que lhes eram devidos", declarou.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, garantiu que os recursos desviados deverão ser restituídos aos beneficiários.

"Mediante requisição e apuração interna, esse dinheiro terá que ser restituído àqueles dos quais foi retirado indevidamente. Nosso papel é defender o aposentado e pensionista", disse.

Com a operação, o governo federal anunciou a suspensão imediata de todos os ACTs vigentes que envolviam descontos de mensalidades associativas diretamente nas aposentadorias e pensões. Ao todo, 11 entidades foram alvo de medidas judiciais. Entre elas estão, Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (Ambec), Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (Acolher), Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP), entre outras.

Reclamações De acordo com o TCU, o número de reclamações registradas no site "Reclame Aqui" relativas aos descontos indevidos por entidades associativas já demonstravam a constatação. Os dados obtidos pela equipe de fiscalização indicam uma avaliação pouco satisfatória do serviço prestado por essas entidades, bem como que a maior parte das reclamações se deve justamente a descontos indevidos e não autorizados realizados pelas entidades.

Foram registrados de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2024 quase 30 mil reclamações, com destaque negativo para a Ambec, Conafer, Universo e Unaspub, com mais de 2 mil reclamações cada. Outro fato que chamou a atenção dos auditores foi o avanço vertiginoso na quantidade de filiados a essas entidades. O quantitativo total de associados subiu mais de 150% em dois anos, passando de 2.222.460 para 5.558.715, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2023.

Algumas associações como Ambec, Associação Brasileira dos **Servidores Públicos** (ABSP), Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), tiveram crescimentos exponenciais. A Ambec, por exemplo, tinha apenas 3 associados em dezembro de 2021, saltando para mais de 600 mil associados em dezembro de 2023.

A CBPA, que não tinha associados em 2021 e 2022, terminou o ano de 2023 com mais de 340 mil associados. A Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), que tinha apenas 53 mil associados em 2021, saltou para mais de 210 mil em dezembro de 2023 e assim várias outras associações tiveram acentuado crescimento de associados no período. O rápido crescimento, ocasionou um aumento no montante repassado.

Segundo o TCU, em dois anos, um dos repasses, da ordem de R\$ 544,7 milhões foi para mais de R\$ 1,5 bilhão, um aumento de 184,7%.

Operação De acordo com o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, em 2023, a CGU iniciou auditorias que revelaram a ausência de documentação obrigatória em 70% das entidades conveniadas e a inexistência de estrutura para prestar os serviços oferecidos. As apurações foram baseadas em entrevistas com 1.300 aposentados. "Várias dessas pessoas, a grande maioria delas, não tinham autorizado esses descontos. Esses descontos eram, em sua grande maioria, fraudados em função de falsificação de assinaturas, em função de uma série de artifícios utilizados para simular essa manifestação de vontade que não era uma manifestação de vontade real dessas pessoas", afirmou Carvalho.

Segundo o ministro, mais de seis milhões de pessoas sofrem, mensalmente, algum tipo de desconto associativo em seus benefícios. "É importante que todas as pessoas saibam exatamente por que estão sendo descontadas e que elas, obviamente, tenham declarado e manifestado plenamente a vontade de contribuir com esses descontos para as associações", pontuou.

Além de Stefanutto, foram afastados de suas funções o diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, Vanderlei Barbosa dos Santos; o procurador-geral junto ao **INSS**, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho; o coordenador-geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente, Giovani Batista Fassarella Spiecker, e o coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios, Jacimar Fonseca da Silva, além de um policial federal, que não teve sua identidade revelada. Entre os bens apreendidos estão carros de luxo, grandes quantias em dinheiro, joias e quadros de alto valor. Os números

exatos ainda estão sendo levantados pelas autoridades.

Resgate do dinheiro Os aposentados e pensionistas que identificarem descontos indevidos podem solicitar, de forma automática, a exclusão dos débitos pelo site ou aplicativo "Meu **INSS**", ou ainda pela Central 135. Segundo o governo, as entidades também serão obrigadas a excluir imediatamente qualquer desconto que não tenha autorização formal.

A AGU anunciou a criação de um grupo especial para buscar reparação de danos causados por fraudes no **INSS**, inclusive, para reaver os valores descontados ilegalmente dos aposentados e pensionistas.

Quem é Alessandro Stefanutto

Servidor de carreira da AGU e filiado ao PDT, Stefanutto ocupou cargos de chefia na Previdência ao longo das últimas décadas. Ex-procurador-geral do **INSS**, também passou pela **Receita Federal** e fez parte da equipe de transição do governo Lula em 2022. Foi indicado à presidência do instituto pelo ministro da Previdência Carlos Lupi. Com formação em Direito pela Universidade Mackenzie, Stefanutto possui especializações em instituições como FGV e universidades na Espanha, Portugal e Itália, com mestrado em Sistemas de **Seguridade Social**.

O que se verifica é que os aposentados e pensionistas foram vítimas fáceis de pessoas inescrupulosas que, de maneira criminosa, se apropriaram de valores que lhes eram devidos" Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/24/all.pdf>

JBS já vale mais de R\$ 100 bi na bolsa

Nayara Figueiredo De São Paulo

A aprovação da Securities and Exchange Commission (SEC), o órgão que regula o mercado de capitais americano, para a listagem das ações da JBS nos Estados Unidos já era amplamente esperada pelo mercado. Ainda assim, o aval animou os investidores, a julgar pelo desempenho das ações da empresa na B3, que fecharam a sessão de ontem em alta de 6,38%. O desempenho adicionou R\$ 6,3 bilhões ao valor de mercado da companhia.

No acumulado de 2025, a valorização das ações da JBS na bolsa alcança 30,41%. Com isso, o valor de mercado da companhia já subiu R\$ 24,5 bilhões neste ano, alcançando R\$ 105 bilhões.

A empresa anunciou na terça-feira (22/4) que recebeu o aval da SEC para ter suas ações listadas na bolsa de Nova York. Com o sinal verde, o conselho de administração da JBS reuniu-se e convocou uma assembleia geral extraordinária para 23 de maio para que os acionistas minoritários votem sobre a dupla listagem, que permitirá a negociação de ações nos EUA e no Brasil.

A decisão, agora, está nas mãos dos minoritários, uma vez que os acionistas J F e BNDESPar vão se abster na votação da assembleia.

A expectativa da JBS é iniciar as negociações na bolsa americana a partir de junho deste ano.

Para a efetivação da dupla listagem, será criado um novo veículo de investimentos, a JBS Participações, que hoje é detido pelos irmãos Batista e que terá como subsidiária uma empresa registrada em Luxemburgo, a Lux- Co. A LuxCo receberá duas classes de ações (class A e class B) de uma empresa criada na Holanda, a JBS N.V., que por sua vez se tornará a nova controladora da JBS e será a empresa que terá as ações listadas na bolsa dos EUA.

A escolha por sediar essas empresas na Holanda e em Luxemburgo não foi por acaso. Caio Quintella, professor e advogado titular da Nader Quintella Advogados explica que, em geral, os dois países têm um regime de tributação muito benéfico, especialmente sobre dividendos e outros resultados recebidos por holdings estabelecidas nesses países, e quando são controladoras de empresas operacionais em jurisdições estrangeiras.

"Mas, muito além disso, a legislação societária, comercial e outros aspectos fiscais, modernos, pouco burocráticos e favoráveis ao empreendedor fazem desses países uma opção global quase unânime para sediar grupos empresariais transnacionais", afirmou Quintella, que foi vice-presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, ao Valor.

Na visão do Citi, a dupla listagem ajudará a empresa a destravar valor e diminuir a diferença de avaliação que existe em relação a concorrentes como a Tyson Foods.

Na mesma linha, a Genial Investimentos acredita que a JBS poderá acessar outros níveis de investidores após a listagem. "Entendemos que a listagem nos EUA viabiliza o acesso a fundos passivos e institucionais hoje restritos a ações listadas em mercados desenvolvidos, e pode conduzir a uma reprecificação estrutural, dado o múltiplo atual de 4,5 vezes EV/Ebitda (valor da empresa sobre geração de caixa) versus pares como Tyson (8,5 vezes)", afirmou a Genial.

Além disso, Renata Cabral e Tiago Harduim, analistas do Citi, disseram em relatório que, após a listagem das ações nos Estados Unidos, a JBS será incluída no índice Russell 1000, com potencial elegibilidade para o S P 500 após 12 meses, "abrindo caminho para um aumento significativo na liquidez das ações".

De acordo com o Citi, para que uma empresa seja adicionada ao S P 500 é necessário atender a diversos critérios, como ter sua listagem principal em uma grande bolsa dos EUA (como a Nyse ou a Nasdaq) com pelo menos 12 meses de histórico de negociação.

A companhia também precisa de uma capitalização de mercado não ajustada de pelo menos US\$ 20,5 bilhões, equivalentes a cerca de R\$ 117 bilhões - atualmente a JBS já está nos R\$ 105 bilhões em valor de mercado.

O Goldman Sachs destacou em relatório que tem recomendação de compra para as ações da JBS e que já previa uma reação positiva do mercado com o andamento do processo de listagem nos EUA. No entanto, a avaliação positiva vai além disso.

"Nossa tese de ações também considera a consistência da demanda global por proteínas, a singularidade do mix diversificado da JBS, sua forte

geração de fluxo de caixa livre e alocação de capital, bem como um pagamento de dividendos convincente", acrescentaram Thiago Bortoluci e Nicolas Sussmann, analistas do Goldman Sachs.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1§ion=1)**

A mudança de critério jurídico na compensação - OPINIÃO JURÍDICA

Túlio Terceiro Neto Parente Miranda

Túlio Terceiro Neto Parente Miranda é mestre em direito tributário na USP, professor da pós-graduação do Ibet e sócio do Rivitti Dias Advogados

O presente artigo busca responder à seguinte indagação: é juridicamente possível a alteração de critério jurídico em processos administrativos que envolvem pedidos de compensação tributária? Para tanto, analisam-se três aspectos centrais: (i) a aplicabilidade do artigo 146 do Código Tributário Nacional (CTN) aos procedimentos de compensação; (ii) a existência de outros fundamentos normativos que vedem essa alteração; e (iii) a importância de se identificar corretamente a norma jurídica que disciplina a estabilidade dos critérios adotados em despachos decisórios.

A relevância do tema decorre da multiplicidade de casos apreciados pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, nos quais se discute a possibilidade de alteração de critério jurídico ao longo do processo. Não é incomum que o órgão julgador admita a modificação de elementos essenciais do despacho decisório - inclusive o fundamento legal para indeferir o pedido - sob o argumento de que o artigo 146 do CTN não se aplica às hipóteses que não envolvem lançamento.

De fato, o artigo 146 do CTN restringe sua incidência aos "critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento", o que afasta sua aplicabilidade aos casos de compensação, nos quais não há constituição de crédito tributário por meio de lançamento.

O ponto de partida da interpretação jurídica deve ser o direito positivado. O intérprete não dispõe de liberdade irrestrita para atribuir sentidos dissociados do conteúdo normativo, sob pena de violação ao Estado Democrático de Direito, que exige a observância rigorosa dos limites textuais da ordem jurídica.

Embora o princípio da proteção da confiança seja relevante, sua invocação não autoriza o alargamento do alcance do artigo 146 do CTN para abranger hipóteses não previstas em seu enunciado.

Trata-se, nesse caso, de interpretação de lege

ferenda, que projeta no ordenamento jurídico aquilo que o intérprete gostaria que estivesse previsto.

A exclusão do artigo 146 do CTN como fundamento aplicável aos casos de compensação não implica ausência de limites à mudança de critério jurídico. O ordenamento oferece outros dispositivos que asseguram a estabilidade dos pressupostos dos atos administrativos, mesmo fora do lançamento. Destacam-se o artigo 2º, XIII, da Lei nº 9.784/1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa; e o artigo 50, parágrafo 1º, do mesmo diploma, que exige motivação explícita, clara e congruente.

Esse último preceito sustenta a teoria dos motivos determinantes, segundo a qual a validade do ato está vinculada aos fundamentos fáticos e jurídicos apresentados no momento de sua prática. O vício de motivação compromete a legalidade do ato e impõe sua invalidação.

Essa exigência de estabilidade também decorre dos princípios da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa. O contribuinte deve conhecer os fundamentos que motivaram o indeferimento de seu pedido para formular uma defesa técnica adequada. Permitir à administração alterar, no curso do processo, os fundamentos do despacho decisório fragiliza o direito de defesa, pois a parte se defende do conteúdo original do ato, não de uma reformulação que possa vir a acontecer.

A experiência no **Carf** revela que, em muitos casos, há uma análise reducionista da matéria, centrada exclusivamente na (in)aplicabilidade do artigo 146 do CTN. Essa abordagem deixa de considerar o conjunto normativo aplicável à matéria, comprometendo a correta identificação dos fundamentos jurídicos que conferem proteção ao direito discutido.

A delimitação precisa dos conteúdos normativos, para identificar o preceito jurídico que justifica o direito pleiteado, não é um preciosismo dogmático, mas uma exigência central no processo argumentativo.

O uso incorreto do suporte normativo pode gerar decisões superficiais e injustas, que rejeitam pretensões legítimas sem a devida apreciação dos fundamentos adequados.

Quando a tese se baseia exclusivamente no artigo 146 do CTN, o julgador tende a simplesmente rejeitá-la, com o argumento de que a norma não abrange a hipótese discutida.

A repetição sistemática desse tipo de raciocínio pode consolidar uma jurisprudência distorcida, em razão de um enquadramento normativo deficiente, que dificulta, no futuro, a reabertura do debate com base jurídica própria.

Uma condução estratégica amparada em suporte normativo inapropriado pode gerar consequências processuais adversas, inclusive impedindo o conhecimento da matéria em instâncias superiores.

A rejeição da tese jurídica em razão da formulação inadequada ainda pode reforçar a indevida percepção de que a autoridade julgadora pode alterar livremente os fundamentos dos despachos decisórios no curso do processo, afetando a previsibilidade das decisões administrativas.

Nesse contexto, observa-se que, embora o artigo 146 do CTN não seja aplicável à compensação, o sistema jurídico, por meio de outros preceitos normativos, protege a estabilidade dos pressupostos do despacho decisório. A correta identificação desse suporte normativo favorece a efetividade do direito de defesa, contribui para a coerência do sistema de precedentes e fortalece a racionalidade do contencioso administrativo tributário, como instrumento de controle de legalidade dos atos administrativos.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
A mudança de critério jurídico na compensação

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1§ion=1)**

Governo suspende acordos com todos os sindicatos

BRUNA LESSA, BERNARDO LIMA E SARAH TEÓFILO

Após a operação, o governo suspendeu todos os acordos para desconto de mensalidades de sindicatos em aposentadorias e pensões. A medida vale inclusive para aquelas não investigadas. Foi necessário um freio de arrumação, disse o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski:

- A administração por cautela vai suspender, vai dar um freio de arrumação, e examinar o quadro para regularizar o desconto.

O ministro disse que pode haver o débito no mês que vem, porque a folha já está rodando, mas o dinheiro não será repassado à entidade.

Estima-se que ao menos 180 mil beneficiários já tenham solicitado devolução de valores descontados por via administrativa, mas o número de vítimas deve ser maior, pois há ainda casos de aposentados que entraram na Justiça contra as entidades e de quem sequer sabia que estava sendo descontado irregularmente. Lewandowski afirmou ainda que mais aposentados e pensionistas lesados poderão ser ressarcidos.

SISTEMA DE BIOETRIA

Segundo ele, muitos dos envolvidos nas irregularidades possuem patrimônio que poderá ser utilizado para compensar as vítimas:

-Tudo isso será, num primeiro momento, utilizado para fazer frente a essas reivindicações, que certamente virão.

Lewandowski reforçou que, nos casos em que os recursos dos responsáveis não forem suficientes, o Estado deverá assumir a compensação.

-E evidente que o Estado terá responsabilidade subsidiária. Trata-se de um processo complexo, que precisará ser analisado individualmente, caso a caso - explicou.

Para o futuro, o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, disse que o **INSS** precisa implementar o sistema de biometria para autorização de desconto em benefícios por entidades

sindicais.

-A gente verificou que ausência de fiscalização rigorosa permitia esse tipo de fraude. Isso ocorreu também em função do aumento do número de descontos que foi gerando uma bola de neve -afirmou.

Os aposentados e pensionistas que tiverem desconto de mensalidade associativa no extrato de pagamentos (contracheque) podem pedir a exclusão do débito de forma automática pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. O benefício ficará bloqueado para novos descontos até que o segurado faça o desbloqueio.

O primeiro passo é acessar o Meu **INSS** com login e senha. Depois, na página inicial, selecionar "Novo pedido". No campo de busca (onde tem a lupa) escrever "Excluir mensalidade". Caso queira o estorno de descontos indevidos, ele pode entrar em contato direto pelo 0800, que aparece ao lado do nome da entidade no contracheque. O beneficiário pode enviar e-mail para acor-do.mensalidade@inss.gov.br, informando o ocorrido.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aposentados e pensionistas começam a receber antecipação do 13º

Welton Máximo - Repórter da Agência Brasil

Cerca de 34,2 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber nesta quinta-feira (24) a primeira parcela do décimo terceiro salário. Feito de forma escalonada, conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS), o pagamento vai até 8 de maio.

Com a previsão de injetar R\$ 73,3 bilhões na economia, a antecipação do décimo terceiro do **INSS** será paga em duas parcelas. A segunda parcela vai de 26 de maio a 6 de junho. As datas são definidas com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS) e com base na renda do beneficiário. Quem ganha apenas o salário mínimo começa a receber antes de quem recebe mais que o mínimo.

Desde a semana passada, a consulta pode ser feita no aplicativo Meu **INSS**, disponível para celulares e tablets, ou no site gov.br/meuinss. Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

2 de junho

3 de junho

4 de junho

4 e 9

6 de junho

O decreto com a antecipação do décimo terceiro do **INSS** foi assinado no início do mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este será o sexto ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão do décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho. Em 2024, em abril e maio.

Conforme os dados mais recentes do **INSS**, de fevereiro, 28,68 milhões de pessoas, cerca de 70,5% do total dos segurados do **INSS**, ganham até um salário mínimo por mês (R\$ 1.518), enquanto 11,98 milhões de beneficiários recebem acima do piso nacional. Desse total, 10,6 mil ganham o teto da **Previdência Social**, de R\$ 8.157,41.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Renda Mensal Vitalícia, não têm direito a décimo terceiro salário.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/aposentados-e-pensionistas-comecam-receber-antecipacao-do-13o>

INSS inicia pagamento de benefícios de abril nesta quinta; veja calendário

Por Redação g1 - São Paulo

O Ministério da **Previdência Social** inicia nesta quinta-feira (24) o pagamento para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em abril de 2025.

Para quem recebe o piso nacional (até um salário mínimo), os depósitos vão do dia 24 de abril até 8 de maio.

Segurados com renda mensal acima do salário mínimo terão seus pagamentos creditados a partir de 2 de maio.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Aposentados e pensionistas do **INSS** podem consultar o valor a receber do seu benefício pelo aplicativo **Meu INSS** ou no site meu.inss.gov.br.

O Ministério da **Previdência Social** inicia nesta quinta-feira (24) o pagamento para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em abril de 2025.

Para quem recebe o piso nacional (até um salário mínimo), os depósitos vão do dia 24 de abril até 8 de maio. Segurados com renda mensal acima do salário mínimo terão seus pagamentos creditados a partir de 2 de maio.

Confira o calendário do **INSS** de abril para quem recebe até um salário mínimo:

Cartão final 1: pagamento em 24/4
Cartão final 2: pagamento em 25/4
Cartão final 3: pagamento em 28/4
Cartão final 4: pagamento em 29/4
Cartão final 5: pagamento em 30/4
Cartão final 6: pagamento em 2/5
Cartão final 7: pagamento em 5/5
Cartão final 8: pagamento em 6/5
Cartão final 9: pagamento em 7/5
Cartão final 0: pagamento em 8/5

Confira o calendário do **INSS** de abril para quem recebe acima de um salário mínimo:

Cartão final 1 e 6: pagamento em 2/5
Cartão final 2 e 7: pagamento em 5/5
Cartão final 3 e 8: pagamento em

6/5
Cartão final 4 e 9: pagamento em 7/5
Cartão final 5 e 0: pagamento em 8/5

Ao longo de 2025, a previsão de pagamentos é:

Maio: de 26/05 a 6/6; Junho: de 24/06 a 7/7; Julho: de 24/07 a 7/8; Agosto: de 25/08 a 5/9; Setembro: de 27/09 a 7/10; Outubro: de 27/10 a 7/11; Novembro: de 24/11 a 5/12; Dezembro: de 22/12 a 8/1;

Como conferir o dígito verificador

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Para quem ganha até o mínimo, o calendário começa com benefício com final 1.

Para os que recebem acima desse valor, o calendário inicia com os cartões de final 1 e 6. No dia seguinte, são pagos os finais 2 e 7, e assim por diante.

Como consultar os valores a receber?

Aposentados e pensionistas do **INSS** podem consultar o valor a receber do seu benefício pelo aplicativo **Meu INSS** ou no site meu.inss.gov.br. Outra opção é pelo telefone, ligando na central 135.

Neste caso, o atendimento é feito de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h; o beneficiário precisa o informar o número de CPF e confirmar dados cadastrais.

Com o reajuste do salário mínimo previsto para 1º de janeiro, o valor corrigido só será pago entre o fim de janeiro e o início de fevereiro.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/24/inss-pagamento-de-abril-veja-calendario.ghtml>

INSS: entenda como funciona, para que serve e como cancelar desconto em aposentadorias e pensões

A Polícia Federal (PF) e a Controladoria Geral da União (CGU) deflagraram operação, nesta quarta-feira, contra descontos indevidos em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Previsto em legislação, o desconto necessita de prévia autorização para ser realizado. Entenda a seguir como funciona e para que serve esta operação.

O que é o desconto de mensalidades do **INSS**?

O desconto da folha de pagamentos do **INSS** em favor de entidades, como associações e sindicatos, é previsto em lei editada em 1991. A legislação prevê que essa mensalidade associativa só pode ser cobrada com autorização prévia de segurados.

Para que serve?

O segurado que assim quiser pode optar por ter parcelas de suas mensalidades descontadas por entidades, que oferecem em troca benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos, consultoria jurídica e academia.

Descontos indevidos

No entanto, descontos indevidos são uma prática registrada ao longo de todos os governos. Para tentar sanar este problema, em 2019 foi editada uma medida provisória (MP), transformada em lei, que exigia que os descontos fossem revalidados pelas entidades receptoras a cada três anos.

Com pressão de entidades sobre o Congresso, contudo, em agosto de 2022, essa exigência foi revogada por um trecho de outra MP.

Segundo dados do **INSS**, em dezembro de 2024, havia 41 entidades conveniadas que receberam R\$ 290,8 milhões naquele mês. Elas informaram um universo de 7,263 milhões de filiados.

Do total, 11 estão citadas na operação Sem Desconto da Polícia Federal, deflagrada nesta quarta-feira e investiga irregularidades nos convênios.

Como funciona o desconto ilegal?

Segundo os investigadores, o esquema funcionaria assim: as entidades descontavam irregularmente parte de mensalidades associativas - que são pagamentos recorrentes - aplicadas sobre benefícios previdenciários. Esses descontos não teriam sido autorizados pelos aposentados.

O desconto não autorizado pode acontecer por meio de acesso aos dados sigilosos de aposentadorias e pensões dos segurados. A prática também pode acontecer por meio da fraude da assinatura eletrônica e documentação de filiação do segurado à uma entidade como associações e sindicatos.

Como conferir se há desconto ilegal?

Para saber se houve desconto, é necessário acessar a conta no portal Gov.br e acessar o campo de extrato de benefício no aplicativo ou site do Meu **INSS**.

O extrato deve mostrar todos os descontos feitos na aposentadoria do segurado, identificando se foi por mensalidade associativa ou crédito consignado. Veja abaixo:

E se houver um desconto não autorizado?

Caso não reconheça o desconto realizado no benefício, o segurado deve acessar o site ou aplicativo do Meu **INSS** ou pela Central 135 e solicitar o serviço excluir mensalidade associativa. Confira o passo a passo:

Como evitar novos descontos?

O Meu **INSS** também possibilita o serviço de bloqueio de novos descontos em seu site e aplicativo. Veja abaixo:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/24/inss-entenda-como-funciona-para-que-serve-e-como-cancelar-desconto-em-aposentadorias-e-pensoes.ghtml>

Alvo de operação da PF, presidente do INSS deixa o cargo, após ordem de Lula

Isadora Peron, Davi Vittorazzi, Jéssica Sant'Ana, Andrea Jubé e Renan Truffi De Brasília

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, foi demitido na quarta-feira (23) após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem um operação que mirou um esquema de fraudes em aposentadorias e pensões.

A investigação apontou que entidades cobravam mensalidades irregulares, descontadas na folha dos beneficiários, sem autorização.

Os desvios ocorreram entre 2019 e 2024 e podem chegar a R\$ 6,3 bilhões. A Advocacia-Geral da União (AGU) criou um grupo para buscar a reparação de danos causados pelas fraudes.

A ordem para que Stefanutto deixasse o cargo partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em uma tentativa de conter a nova crise que atinge o governo, no momento em que o Palácio do Planalto já lida com as negociações sobre a troca no Ministério das Comunicações e as articulações em torno do projeto de anistia a golpistas do 8 de janeiro de 2023.

Stefanutto foi afastado da função por decisão judicial. Pela manhã, durante uma entrevista coletiva, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, admitiu ter indicado o aliado para comandar o **INSS**, mas disse que não pretendia demiti-lo. "Não vamos colocar essas pessoas numa fogueira sem antes dar o direito de defesa. Vamos tomar uma decisão baseada em fatos." A interlocutores, Stefanutto chegou a afirmar que ficou surpreso com seu pedido de afastamento, já que havia autorizado uma investigação interna no **INSS** devido ao provável envolvimento de servidores do órgão no esquema irregular.

Lula foi informado logo pela manhã da operação da PF e, a partir disso, passou a avaliar a demissão do auxiliar. A postura de Lupi na coletiva gerou desconforto entre os demais integrantes do governo que participaram, como o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Mesmo assim, o descontentamento de Lula com a nova crise não deve atingir o ministro da Previdência, que permanecerá no cargo. Neste momento, o

presidente não deseja se indispor com o PDT, partido de Lupi e que tem sido um aliado fiel do governo no Congresso. O Valor apurou que não há, até o momento, elementos na investigação da PF que liguem o ministro ao caso.

Segundo informações divulgadas pela PF, a "Operação Sem Desconto" cumpriu 211 mandados de busca e apreensão e seis mandados de prisão temporária no Distrito Federal e em outros 13 Estados. Até o fechamento desta edição, uma pessoa ainda era considerada foragida.

Os valores totais apreendidos pela PF ainda não foram divulgados, mas somente com um dos investigados foram encontrados bens avaliados em mais de R\$ 15 milhões. Com outro suspeito, a PF localizou US\$ 200 mil em dinheiro vivo.

Ao todo, 11 entidades foram alvos da operação. Além de Stefanutto, outros cinco **servidores públicos** foram afastados de suas funções, incluindo integrantes da cúpula da **INSS** e um policial federal.

As suspeitas de fraude nos descontos a título de mensalidade associativa já era de conhecimento da cúpula do **INSS** desde, pelo menos, 2023. No ano passado, o então diretor de Benefícios do **INSS**, André Fidelis, foi demitido do cargo por suspeita de envolvimento com o esquema.

Na mesma época, foi editada uma portaria do **INSS** para exigir biometria do segurado na autorização do desconto a título de mensalidade associativa. O objetivo era evitar fraudes. Contudo, a biometria ainda não chegou a ser implementada, devido a atrasos no sistema operacional da Dataprev.

Também durante a entrevista coletiva de quarta-feira, o ministro da CGU, Vinícius Carvalho, afirmou que o caso ainda deve ter novos desdobramentos e defendeu controles mais rígidos para autorização de descontos.

"O sistema de biometria precisa ser totalmente implementado para evitar os descontos indevidos.

Qualquer meio de participação de pessoas nesse esquema vai ser investigado." Um relatório de auditoria da CGU, divulgado após a operação ser

deflagrada, mostrou que os valores recebidos por 19 entidades que faziam descontos na folha de pagamento de beneficiários **INSS** aumentaram desde 2023. A lista inclui um sindicato que seria ligado a um familiar de Lula. Questionado sobre o assunto durante a entrevista, Carvalho disse desconhecer se a pessoa citada havia sido alvo da operação.

Os dados são detalhados por ano, sendo que as entidades receberam juntas R\$ 604,6 milhões em 2019, R\$ 510,9 em 2020, R\$ 536,3 em 2021, R\$ 706,2 em 2022, R\$ 1,2 bilhão em 2023 e um valor estimado de R\$ 2,6 bilhões no ano passado.

O relatório concluiu que "o súbito aumento dos descontos realizados em folha, acompanhado por um incremento concomitante na quantidade de requerimentos de cancelamento dos descontos associativos, são indicativos de possíveis irregularidades e de fragilidade dos controles implementados no processo, os quais deveriam ser acompanhados pelo **INSS**".

A auditoria revelou ainda que, numa amostragem feita com 1.273 beneficiários, 97% dos aposentados do **INSS** informaram que não haviam autorizado os descontos na folha. Além disso, 72% não sabiam sequer que havia esses descontos.

O documento também mostrou que os requerimentos para cancelamento desses descontos aumentaram a partir de julho de 2023, quando foram registrados 22 mil pedidos. Em abril de 2024, esse número pulou para 192 mil.

Segundo o órgão, apesar disso, o **INSS** fez a suspensão dos descontos apenas de algumas entidades e por um curto período.

O desconto de mensalidades é feito por entidades de classe, como associações e sindicatos, que firmam acordos com o **INSS**. Isso permite que sejam feitas cobranças diretamente na folha de pagamento dos beneficiários, desde que haja autorização prévia dos aposentados e pensionistas.

Para que o desconto seja efetuado, é necessário que cada beneficiário forneça uma autorização expressa e individual.

No entanto, durante a investigação, foi identificada a ausência de verificação rigorosa dessas autorizações, além da possibilidade de falsificação de documentos de filiação e autorização.

Após a operação, foi determinada a suspensão desses acordos, para interromper esses pagamentos.

Descontentamento do presidente não deve atingir Carlos Lupi neste momento

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1§ion=1>

Justiça determinou afastamento do presidente do INSS

A Justiça Federal determinou o afastamento do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, um dos alvos da operação que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã dessa quarta-feira, 23.

Batizada de Operação Sem Desconto, a ação mobilizou cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU nas investigações sobre um suposto esquema de descontos criminosos de aposentados e pensionistas.

De acordo com a PF, investigadores já reuniram indícios que sugerem a existência de "um esquema nacional de descontos de mensalidade associativa não autorizados em aposentadorias e pensões".

O cálculo é que as entidades investigadas tenham descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

A Justiça Federal também determinou que outros cinco **servidores públicos** cujos nomes não foram divulgados sejam afastados de suas funções.

Além disso, autorizou o cumprimento de 211 mandados judiciais de busca e apreensão, seis prisões temporárias, além do sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão.

Os mandados foram cumpridos no Distrito Federal e nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Descontos associativos A mensalidade associativa é uma contribuição que aposentados, pensionistas ou pessoas de uma determinada categoria profissional pagam, periodicamente, para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses de seus membros do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o **INSS** recebeu 1 milhão de reclamações acerca de descontos indevidos, motivando o cancelamento dos descontos autodeclarados como não autorizados. Além disso, em março do ano passado, o instituto estabeleceu novas regras para regulamentar o desconto

associativo.

Assinada por Stefanutto, a Instrução Normativa Pres/INSS nº 162 estabelece o percentual máximo da dedução e que o desconto deve ser previamente autorizado pelo aposentado ou pensionista, que tem de assinar um termo de adesão.

Perda com subsídios e desonerações de tributos vai custar R\$ 621 bi em 2026, estima governo

O governo federal estima que deixará de arrecadar R\$ 620,8 bilhões em 2026 devido a subsídios e desonerações de **tributos** concedidos a pessoas físicas ou setores da economia, o equivalente a 4,53% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e a 22,43% de toda a arrecadação esperada para o ano, considerando as receitas administradas pela **Receita Federal** e as não administradas. O número foi levantado pelo Fisco e consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado na semana passada ao Congresso Nacional.

É o chamado "gasto tributário" nas classificações contábeis, porque trata-se de um benefício instituído por lei, seja por iniciativa do Executivo, seja do Congresso Nacional, que acaba reduzindo a arrecadação federal. O volume de renúncia chama atenção diante da necessidade de o Executivo arrecadar R\$ 118 bilhões extras para cumprir meta de superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, conforme prevê o PLDO em tramitação no Legislativo.

Os parlamentares também têm falado em aproveitar a reforma do Imposto de Renda (IR) para rever parte desses benefícios tributários. Seria uma forma de compensar a ampliação da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Porém, o histórico mostra o contrário: os gastos tributários crescem a cada ano.

Para este ano, por exemplo, o gasto tributário está estimado em R\$ 544,47 bilhões (4,40% do **PIB**). Ou seja, o governo projeta uma alta nominal de 14% na renúncia de receita para o próximo porém a ideia não saiu do papel.

Depois, aparecem benefícios para a agricultura e agroindústria, estimados em R\$ 88,9 bilhões para 2026, e rendimentos isentos e não tributáveis, ao custo de R\$ 68,5 bilhões. Em ambos os casos, também há forte lobby dentro do Legislativo para não mexer nessas renúncias fiscais.

Durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), chegou a ser aprovada uma emenda constitucional obrigando o governo a enviar um projeto de lei prevendo reduzir os gastos tributários para 2% do **PIB** em até oito anos. O extinto Ministério da Economia

enviou esse texto, que não avançou.

Integrantes da equipe economando. Há dez anos, a renúncia com benefícios tributários era de R\$ 270,05 bilhões, em valores também nominais.

A maior renúncia de receita segue sendo o Simples Nacional, com estimativa de custar R\$ 136,2 bilhões aos cofres públicos em perda de arrecadação em 2026, o equivalente a 21,95% do total do gasto tributário estimado para o ano. O Simples é um regime simplificado de tributação a negócios com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões por ano. O governo chegou a cogitar mudanças nessa política pública, devido a suspeitas de fraudes (empresas que faturam mais, mas se enquadram no Simples), mas afirmam, reservadamente, que desde 2023 o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem tentando reduzir os benefícios tributários, mas dizem que, em vários casos, enfrentam resistências de lobbies. Eles também veem com bons olhos se o Congresso quiser, efetivamente, rever parte das isenções para compensar a ampliação da isenção do IR, mas alertam que isso precisa ser feito como um plano efetivo de encerramento dos benefícios, já que o comando constitucional para diminuir o nível de gastos tributários já existe, mas foi inócuo até aqui.

Procurada para comentar, a **Receita Federal** não respondeu.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=2§ion=1>

Autoridades de China e Brasil destacam oportunidades

Com referências ao impacto dos recentes aumentos de tarifas **impostos** a vários países pelos Estados Unidos, autoridades que abriram o "Summit Valor Econômico Brasil-China 2025", na manhã de quarta-feira (23) em Xangai, na China, ressaltaram que Brasil e China podem ser aliados no resgate do multilateralismo, na promoção do livre comércio e na transição energética. No evento, também foram ressaltados os 50 anos de relações bilaterais entre Brasil e China, completados em 2024.

Frederic Kachar, diretor geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio (SGR), destacou os avanços nas trocas comerciais entre os países, que fomentaram o desenvolvimento de suas respectivas vocações. "Pelo lado do Brasil, nos tornamos um celeiro do mundo, atingindo a liderança nas exportações de soja, milho, carne bovina, celulose, café e açúcar. Do lado chinês, vimos a espetacular evolução das empresas de tecnologia, bens de consumo e de equipamentos para produção de energia sem emissão de carbono", afirmou, ressaltando que a China hoje é o destino de 30% das exportações brasileiras.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que Brasil e China podem ser grandes aliados na defesa das relações multilaterais, abaladas pela política tarifária dos EUA, especialmente na transição energética e no combate às mudanças climáticas. "Juntos, os dois países podem aproveitar a hesitação global quanto ao Acordo de Paris e transformá-la em oportunidade de geração de negócios, emprego e renda."

A possibilidade de cooperação bilateral na transição energética também foi destacada por Marcos Galvão, atual embaixador do Brasil na China. Fazendo um paralelo com a crise do petróleo em 1974, quando as relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas, Galvão mencionou a mudança de posição que se deu desde então-na época, o Brasil buscava incluir a China entre seus fornecedores de petróleo, quadro que perdurou entre 1978 e 1987. "Hoje o Brasil é fornecedor de petróleo para a China, e, no momento em que se enfrenta o grave problema global da mudança do clima, temos na COP30 uma oportunidade de avanço", disse. Ele ressaltou que a maior parcela de investimentos chineses no Brasil-cuja matriz energética é a mais limpa entre os países do

G20-ocorre no setor elétrico.

"Todos nós que trabalhamos direta ou indiretamente no relacionamento Brasil-China sabemos que há muito o que aprofundar e a muito a explorar. E é isso o que queremos aqui, afirmou Marcos Caramuru, conselheiro consultivo internacional do Cebri e ex-embaixador do Brasil na China

A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e ex-presidente da República, Dilma Rouseff, que comanda em Xangai a instituição multilateral fundada pelos Brics, destacou o crescimento da corrente de comércio entre os dois países. "Brasil e China vêm mostrando ao mundo como uma relação de igual para igual pode levar a um resultado de grandes ganhos mútuos", disse.

Para as altas autoridades chinesas que participaram da abertura do Summit, os próximos 50 anos devem marcar um novo ciclo de cooperação entre governos e empresas no Sul global. "Nos próximos anos, Brasil e China devem defender a globalização econômica, promover o livre comércio e fortalecer o sistema multilateral, criando um ambiente econômico internacional aberto, inclusivo e não-discriminatório", afirmou Shen Xin, vice-presidente da Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros (CPAFFC).

"Agora se inicia uma nova parceria pelos próximos 50 anos de relações duradouras, com um novo desenho de cooperação Sul-Sul", disse Hua Zhong, vice-diretor geral do Departamento de Capital Estrangeiro e Investimentos no Exterior da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC).

A pujança econômica e o espírito cosmopolita de Xangai foram mencionados por Chen Jing, vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Popular Municipal de Xangai. Embora a área do município represente apenas 0,06% do território chinês, a cidade contribui com 10% da receita fiscal do país, com um **PIB** de 5 trilhões de yuans. Ele destacou ainda acordos de cooperação firmados entre Xangai e cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. "Comércio, cultura e ciência e tecnologia são grandes espaços de cooperação", afirmou.

Representante da mídia chinesa, Zhang Lihui,

presidente do Caixin Media-grupo reconhecido pelo jornalismo de negócios-, felicitou o Valor pelos 25 anos (a serem completados em 2 de maio) e "O Globo" pelo seu centenário (que acontece em julho, representando também os 100 anos do Grupo Globo). No ano passado, o Caixin realizou um fórum sobre as relações Brasil-China em São Paulo e afirmou haver espaço para cooperação também no setor de mídia. "O Summit oferece um espaço de interação para empresas chinesas e brasileiras."

A diretora de Redação do Valor, Maria Fernanda Delmas, ressaltou a importância do evento para aprofundar as relações Brasil-China. Ao dar as boas-vindas, falou sobre as possibilidades de negócios que podem se abrir: "Juntos, vamos enxergar de perto os movimentos de um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, nos preparando para tomar decisões mais embasadas, com visão de longo prazo e protagonismo regional e internacional."

O Summit é uma realização da Editora Globo e do Valor, organizado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e a Caixin Global; com patrocínio master de BRF Marfrig; patrocínio de Cedae, ApexBrasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Prefeitura do Rio de Janeiro, CNA/Senar, BYD e Huawei; e com apoio de Eletromidia, Vale, CNI, governo do Estado de São Paulo, Portos do Paraná, Suzano, Prefeitura de São Paulo e Fiesp.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=22§ion=1>

Compesa inicia aplicação da nova tarifa social

Cecília Belo

Anova tarifa social da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) entra em vigor a partir deste sábado (26), garantindo a mais de 500 mil famílias de baixa renda o pagamento fixo de R\$ 27,50 por mês na conta de água. Nas áreas onde também há serviços de esgotamento sanitário, o valor será de R\$ 55. Por outro lado, para viabilizar a medida, haverá aumento de quase 10% na tarifa para as demais faixas.

O cadastramento para o benefício é automático, através da Compesa, e será realizado durante o mês de abril. Estão aptas a receber a tarifa famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, ou seja, R\$ 759, e inscritos no CadÚnico ou no Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de moradores de habitacionais populares da Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. A expectativa é de inclusão de 95,8 mil pessoas somente desse grupo.

Segundo a Compesa, a tarifa social atualmente aplicada continuará a existir. O detalhamento de informações e valores e a categoria à qual o cliente pertence ficará descrito na conta.

REAJUSTE

Para viabilizar, a Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe) autorizou o aumento de 9,98%. Desse percentual, 8,72% se destinam a financiar a nova tarifa social, enquanto os outros 1,16% fazem parte do reajuste anual da **inflação**. Uma conta R\$ 50 passará a custar R\$ 54,99. De acordo com a Compesa, "o reajuste será aplicada em todas as faixas e categorias".

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2025/04/compesa-inicia-aplicacao-da-nova-tarifa-social.html>

Pesquisa mostra que empresas veem dificuldade de cortar custos e crescer

O principal desafio que empresas tanto no Brasil quanto na América Latina devem enfrentar nos próximos três anos está relacionado à busca por melhorias operacionais, aumento de produtividade e redução de custos, mostram dados de pesquisa da EY. O tema é apontado por 34% dos executivos ouvidos no Brasil e por 28% dos entrevistados na região.

Na sequência, aparecem entre as principais preocupações dos líderes empresariais no Brasil o crescimento de participação de mercado (30%) e a tecnologia e transformação digital (26%). Os dados na América Latina seguem a mesma ordem, com 28% e 27%, respectivamente.

O levantamento da consultoria, feito entre fevereiro e março com mais de 1,7 mil executivos, 207 deles do Brasil, identificou tendências e desafios para organizações da região.

Segundo os entrevistados, a presença de novos concorrentes, tanto globais quanto locais, é o principal desafio externo para empresas no Brasil, apontado por 34% deles. Em seguida aparecem o cenário econômico local (34%) e os riscos específicos de cada setor (30%). Na região o cenário é parecido, mas a ordem das preocupações se inverte, com o cenário econômico local (30%) na primeira posição, seguido pela incerteza política local (27%) e pela concorrência (27%).

O levantamento da EY conta com respostas de executivos de empresas que faturam anualmente desde menos de US\$ 10 milhões, caso de 36% deles, até mais de US\$ 5 bilhões ao ano (7%). Representam mais de 20 setores da economia latino-americana. A maioria é da área de serviços profissionais (9%), finanças e seguros (6,5%), comércio e produtos de consumo (6,1%) e tecnologia (5,2%).

"Em grande medida, os dados são como um reflexo do que acontece na economia", afirma Manuel Solano, sócio regional da EY América Latina. "O que aconteceu depois da pandemia? Exceto talvez no ano seguinte à pandemia, as economias da América Latina quase não cresceram. Alguns países pequenos crescem mais, mas as grandes economias da região quase não estão crescendo. Ao mesmo tempo, estamos saindo de períodos de muita **inflação**."

Segundo Solano, a maioria das empresas na região está procurando reduzir custos de produção e de distribuição.

A pesquisa mostra que as principais tecnologias disruptivas para empresas no Brasil são inteligência artificial (88%), recursos de big data (78%) e inteligência artificial generativa (78%). Na América Latina, a percepção é semelhante, mas cibersegurança avançada aparece em terceiro lugar (72%).

Marcelo Bartholo, diretor de operação da EY Américas, diz que novas tecnologias são formas de superar os desafios apontados no levantamento. "No passado, redução de custo ou aumento de produtividade era um projeto de dois ou três anos, em que seria necessário gastar dinheiro para economizar. Com ferramentas disponíveis hoje, podemos fazer isso em semanas, e não em meses, sem ter o mesmo aporte de capital que tinha que se ter no passado."

Embora comece a haver interesse no tema, empresas da região têm sido mais lentas em explorar fatores como IA na busca por produtividade, afirma Solano. "Acredito que estamos um pouco atrasados em comparação com o que se vê em outras partes do mundo." O CEO da EY Brasil, Luiz Sérgio Vieira, diz que alavancar o uso das tecnologias demanda também a compreensão da importância de profissionais qualificados, percepção ainda secundária em algumas empresas. "Cada vez mais será preciso ser o mais eficiente possível, mas será preciso investir não só em novas ferramentas, mas nos talentos corretos."

O estudo mostra que, no Brasil, a última posição do ranking de principais desafios externos, a 10ª, é ocupada pelo risco associado às mudanças climáticas, apontado por apenas 13% dos executivos.

Para Vieira, embora o tema ocupe posição de menos destaque, há conscientização maior sobre o assunto nas empresas.

O resultado, segundo ele, mostra a necessidade de maior compreensão do que esses riscos representam para os negócios.

Mesmo refletindo em grande parte os mesmos desafios e tendências da América Latina, o Brasil tem características que oferecem ao país mais chances de transformar desafios em oportunidades, diz Bartholo. "Começando pela energia limpa, o Brasil pode ser um celeiro de energia para o mundo, e ainda pode ajudar a alimentá-lo, já que a população vai continuar crescendo. Além disso, o país é visto de forma extremamente positiva pelo mundo inteiro." Segundo Solano, as cadeias de suprimento mundiais estão se redefinindo, com o "fator Trump" tornando tudo "ainda mais complicado". Ele diz que o Brasil pode capitalizar oportunidades pela abundância em recursos naturais, talento humano e mercado interno. "O desafio para as empresas brasileiras e para o governo brasileiro é definir onde querem atuar nesse novo cenário mundial, porque o Brasil tem os recursos materiais e humanos para ser um grande player nesse espaço. A questão é como vai fazer isso."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=22§ion=1>

País com alta dívida precisa de contas fiscais em ordem (Editorial)

Em um cenário global repleto de grandes incertezas, países altamente endividados têm acima de tudo e em primeiro lugar que colocar a casa fiscal em ordem. O alerta do Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) deveria ser avaliado atentamente pelo governo do Brasil que, em 2025, terá o segundo maior déficit nominal (inclui juros) entre as principais economias, de 8,5% do **PIB**, só ultrapassado por pouco pelo da China (8,6% do **PIB**) que, no entanto, o financia com uma taxa real de juros irrisória (2%) na comparação com a enorme que é paga pelo Tesouro brasileiro (mais de 7,5%). O Brasil tem a má distinção de estar ao lado da França, África do Sul, Reino Unido, EUA e China como "contribuintes principais para o aumento do déficit público global", segundo o FMI.

O endividamento público cresceu no mundo inteiro após a pandemia e agravou-se com as políticas monetárias restritivas adotadas para debelar a **inflação** subsequente. Agora, tornaram-se um fardo ainda mais preocupante diante da guerra tarifária do presidente Donald Trump, que obviamente afetará desproporcionalmente os países mais endividados. Para o Fundo, 53% dos países de baixa renda e 23% dos mercados emergentes têm alto risco de problemas com suas dívidas. Outros indicadores apontam que 54% dos países desenvolvidos e 51% dos emergentes ultrapassaram limites de resultados primários que levariam suas dívidas à estabilização em 2024. Para impedir que eles cresçam, seria necessário realizar um ajuste de 1,8 ponto percentual do **PIB** nos países ricos (exceto os EUA) e de 1 ponto percentual nos emergentes (excluída a China).

No agregado, o Monitor Fiscal mostra que a dívida pública global atingiu 95% do **PIB** e deve chegar a 100% ao fim da década, se não houver novas crises adiante. Mas as chances delas ocorrerem e serem graves aumentaram com a guerra tarifária e a instabilidade geopolítica, de forma que o endividamento total, nesse caso, chegaria a 127% já em 2027, em um cenário perturbador.

O FMI aponta três fatores principais para as perspectivas fiscais, que, no entanto, estão entrelaçados após as medidas de Trump: tarifas, incertezas e condições financeiras. No caso das tarifas, as consequências seriam desaceleração econômica, queda dos preços das commodities,

redução das receitas fiscais e ampliação das despesas com juros, decorrentes de sua elevação nas principais economias para combater a **inflação** advinda das barreiras às importações. Os preços dos ativos se depreciam nessas condições, como está ocorrendo com moedas e ações, com impacto significativo nos mercados emergentes, alvos de possíveis fugas de capitais.

Em outra publicação, o Relatório de Estabilidade Financeira Global, o Fundo adverte que os ajustes nos preços dos ativos decorrentes das ações de Trump foram até agora comedidos diante de seu potencial destrutivo. Por isso, é muito provável que instabilidades futuras sejam ainda maiores do que as que ocorreram a partir do "dia da libertação" trumpista.

Os efeitos podem ser mais drásticos. Mercados voláteis podem trazer sérios problemas a instituições financeiras, em particular as que têm alto nível de alavancagem. Com stress financeiro e endividamento em alta, as condições financeiras já se tornaram adversas, o que eleva significativamente o risco de crises fiscais, mas não encerra o capítulo dos impactos. As incertezas geoeconômicas (como a ruptura EUA-China), segundo o FMI, poderão desencadear novas rodadas de vendas desenfreadas de ativos. Reviravoltas repentinas em políticas comerciais, de investimento, de cadeias de fornecimento e fluxos financeiros e de tecnologia estão associadas, para os economistas do Fundo, a um aumento de 4,5% do **PIB** na dívida pública a médio prazo. Esse aumento seria causado por maiores déficits fiscais, com despesas em alta e receitas em baixa, queda do **PIB** e aumento temporário dos juros de longo prazo. Assim, os riscos para países já altamente endividados "provavelmente se amplificarão em tempos de alta incerteza geoeconômica, como agora".

A dívida bruta do Brasil há um bom tempo é maior que a dos emergentes. Nos cálculos do FMI, ela atingirá 92% do **PIB** este ano e encerrará a década em 99,4%, enquanto na média dos emergentes é de 73,6% em 2025 e 82% em 2030. A diferença do Brasil com os vizinhos latino-americanos, com endividamento de 71,6% e 77,2% respectivamente, é ainda maior. A dívida do Brasil só é inferior à dos países desenvolvidos, de 110,1% do **PIB**, que evolui com menor velocidade porque seus juros reais são muito

menores que os cobrados dos papéis do Tesouro brasileiro. O Monitor Fiscal cita estudos empíricos com 75 economias avançadas e em desenvolvimento que indicam que 1 ponto percentual do **PIB** de aumento de despesas com juros resulta em queda de 0,6 ponto percentual do **PIB** nas despesas de médio prazo e 0,1 ponto do **PIB** nos investimentos públicos.

Com riscos de crise em ascensão, continuar incentivando a economia com mais gastos, em vez de cortar despesas e guarnecer-se do futuro buscando superávits, é uma receita que pode conduzir a um desastre. Mas o governo de Lula não crê que déficits fiscais sejam um problema - para alguns no Planalto são até uma solução.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1§ion=1)**

Soluções para uma crise fiscal autoimposta (Artigo)

Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli **Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli são professores da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV-EPGE)**

Ao longo do atual mandato presidencial, a dívida pública saltará de 72% do **PIB** para 84%. A fim de rolar títulos da dívida, o governo se vê forçado a pagar uma taxa real de juros acima de 7,5% ao ano. Trata-se de uma rota certa para o precipício. Isto num país que não passa por guerra, pandemia, terremoto ou qualquer causa incontornável por seus governantes. A crise fiscal resulta de uma (in)decisão política. É autoinfligida. Sua solução é factível.

O ajuste fiscal necessário para corrigir o problema é de 3,5% do **PIB**. Desse total, 1% corresponde ao déficit primário atual - embora o resultado oficial de 2024 tenha sido de 0,1%, a inclusão dos abatimentos legais e exclusão de receitas extraordinárias elevam o valor a 1% do **PIB**. Os 2,5% restantes referem-se ao superávit estrutural necessário para reverter a trajetória da dívida pública. Como a **receita federal líquida** de transferências a Estados e municípios foi de 18,3% do **PIB** em 2024, o ajuste representa expressivos 19,1% da receita. A boa notícia é que há diversas distorções em receitas e despesas que podem ser corrigidas com negociação política. Alguns exemplos mostram o amplo espaço para atuação.

Gastos tributários: Representavam 2,1% do **PIB** em 2002, mas atingiram 6,9% em 2024. São isenções casuísticas concedidas a grupos de pressão organizados e bem representados em Brasília. Não há avaliação sistemática de sua efetividade - como o custo tributário por emprego gerado ou o impacto sobre pobreza e desigualdade por ponto percentual do **PIB** de isenção. Também não existem metas claras nem prazos definidos. Uma racionalização desses gastos poderia reduzi-los ao patamar de 2002. Em um governo de esquerda, essa deveria ser uma prioridade, já que tais benefícios favorecem grupos privilegiados, não os mais pobres.

INSS: Os critérios de acesso ao benefício e cálculo de seu valor desestimulam a contribuição ao programa. O resultado é uma arrecadação de 5,4% do **PIB**, muito inferior à despesa, que atinge 7,9% do **PIB**. A origem da distorção está no fato de o piso dos benefícios ser o salário mínimo (SM), que recebe aumentos reais anualmente, enquanto as contribuições do trabalhador

ativo utilizadas no cálculo do benefício futuro, assim como o reajuste das aposentadorias com valor acima do piso, serem corrigidas apenas pela **inflação** - veja o artigo publicado neste espaço em 27/06/2024. O déficit tende a crescer com a ampliação do MEI, que garante aos seus aderentes os mesmos benefícios dos trabalhadores celetistas, cobrando-lhes, porém, uma contribuição simbólica de apenas 5% do SM. A desvinculação do piso do **INSS** ao SM e o aumento da alíquota de contribuição do MEI reduziriam o problema.

BPC: O programa paga um SM ao idoso de baixa renda que nunca contribuiu ao **INSS**, o que desestimula a contribuição ao **INSS**. O gasto com o BPC encontra-se em 0,9% do **PIB**, e tende a dobrar até o fim desta década, devido ao crescimento do número de beneficiários e ao aumento real do SM. A eliminação da vinculação do piso do **INSS** ao SM reduziria o problema. Note-se que a solução não envolve suspensão de reajustes reais do SM, uma questão cara à esquerda e a largas parcelas da população.

Ajustes via aumento da arrecadação, como perseguido pelo governo, são recessivos e acabam prejudicando a economia

Regimes especiais de tributação: Permitem que trabalhadores altamente qualificados evitem contribuir aos programas sociais, vendendo seu trabalho por meio de firmas de Lucro Presumido (LP), em vez de se empregarem via CLT. Considerando o IRPF e as contribuições do celetista ao **INSS**, além dos encargos pagos pelo empregador, a carga tributária sobre o trabalho celetista gira em torno de 40% do valor adicionado pelo trabalho. Quando esse mesmo valor é vendido por meio de firma LP, a soma de IRPF (8%) e ISS, PIS e COFINS (entre 6,15% e 8,65%) atinge no máximo 16,65%. Situação semelhante ocorre no Simples. A grande diferença impulsiona a pejetização, reduzindo a arrecadação do **INSS**. É necessário alinhar os regimes especiais ao de Lucro Real aplicado a grandes empresas.

Vinculações de gastos a receitas: Após terem sido suspensas pelo Teto de Gastos em 2016, os pisos de gastos com saúde e educação, respectivamente de 15% e 18% da receita líquida federal, foram restabelecidos em 2023. A vinculação implica que 1/3

de qualquer esforço de arrecadação seja automaticamente gasto, dificultando imensamente qualquer ajuste fiscal. É possível assegurar recursos orçamentários a essas duas importantíssimas rubricas sem a ineficiente camisa de força atual.

Nenhuma das sugestões para correção de distorções elencadas acima é politicamente indolor, embora majoritariamente atinjam os mais privilegiados. Mas são o preço a pagar para se evitar a perda da estabilidade macroeconômica conquistada a partir do Plano Real. Está bem estabelecido na literatura que ajustes via cortes de gastos, como a maior parte das políticas aqui propostas, estimulam a atividade econômica, enquanto ajustes via aumento da arrecadação, como perseguido pelo atual governo, são recessivos e acabam mais prejudicando do que favorecendo a economia: reduz-se o déficit fiscal, mas a economia não sai do lugar.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.

Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188175?page=1§ion=1)**